

RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.294 - SC (2019/0059744-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : FAKINI TEXTIL LTDA
ADVOGADO : OSNILDO DE SOUZA JUNIOR E OUTRO(S) - SC019031

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PARCELAMENTO. OFENSA AOS ARTIGOS 111, I, E 151, I E VI, DO CTN. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, consubstanciado nos termos da seguinte ementa (fl. 148):

TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO. LEI Nº 11.941/2009. REVISÃO DA CONSOLIDAÇÃO. SALDO DEVEDOR. PRAZO. EXCLUSÃO. ILEGALIDADE.

As prestações devedoras decorrentes da revisão da consolidação deverão ser quitadas até o último dia útil do mês subsequente à ciência da decisão, sob pena de rescisão do benefício. Tendo em vista que o direito ao prazo para quitação não foi observado, a decisão que excluiu a empresa impetrante do REFIS é ilegal.

Em suas razões recursais, a parte recorrente aponta ofensa aos artigos 111, I, e 151, I e VI, do CTN, afirmando que a legislação tributária que trata de suspensão da exigibilidade do crédito tributário deve ser interpretada de forma literal, se mostrando descabido o pedido de substituição da garantia, na medida em que a norma referente ao parcelamento não previa tal possibilidade.

Contrarrazões às fls. 178/183.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 186.

É o relatório. Passo a decidir.

Evidencia-se que os artigos 111, I, e 151, I e VI, do CTN - e suas respectivas teses jurídicas-, não foram apreciados pela Corte de origem.

Nesse contexto, o recurso não pode ser conhecido, pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 282/STF.

Frise-se, por oportuno, que sequer foram opostos embargos de declaração para sanar eventual vício relativo à aplicação dos aludidos dispositivos legais.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO EM RELAÇÃO A VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1º., 29 E 31 DA LEI 8.987/1995; 2º., § 1º. E 2º. DA LINDB E 7º. DO CDC. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. SUPOSTA AFRONTA AO ART. 333, I DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. ÔNUS DA PROVA QUE INCUMBE À CONCESSIONÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DA CONCESSIONÁRIA A QUE SE NEGA

PROVIMENTO.

1. As teses referentes aos arts. 1o., 29 e 31 da Lei 8.987/95; 2o., § 1o. e 2o. da LINDB e 7o. do CDC não foram debatidas pelo Tribunal de origem, tampouco foram suscitadas nos Embargos de Declaração opostos. Carecem, portanto de prequestionamento, o que atrai a incidência das Súmulas 282 e 356/STF.

2. O Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório, reconheceu que as provas produzidas nos autos por meio do TOI não são idôneas a demonstrar a existência de irregularidade na unidade de consumo, não existindo afronta ao art. 333, I do CPC/1973 quando a prova da fraude deve ser produzida pela Agravante, como no caso. Também é firme o entendimento desta Corte Superior de que não é suficiente para a caracterização da suposta fraude a prova apurada unilateralmente pela concessionária.

3. Estando o acórdão recorrido em sintonia com o entendimento do STJ, não merece prosperar a irresignação, incidindo o comando inserto na Súmula 83/STJ, aplicável também aos recursos interpostos pela alínea a do permissivo constitucional.

4. Agravo Regimental da Concessionária a que se nega provimento (AgRg no AREsp 521.111/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 27/09/2018)

Ante ao exposto, não conheço do recurso especial.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator